

Médicos católicos reagem

O Parlamento Português aprovou, no dia 13 de Abril, a lei que permite a mudança de sexo no registo civil aos 16 anos apenas mediante requerimento e sem necessidade de recorrer a qualquer relatório médico, o que desencadeou uma resposta enérgica da Associação dos Médicos Católicos Portugueses (AMCP), que considera que a dispensa de um parecer médico é de enorme gravidade em termos de saúde pública, e denuncia que a lei não tem fundamento na ciência, mas sim na chamada “ideologia de género”, uma teoria que “assenta na ideia radical de que os sexos masculinos e femininos não passam de uma construção mental, cabendo à pessoa escolher a sua própria identidade de género” explicam os médicos católicos no seu recente comunicado. Segundo o comunicado, “a lei aprovada exclui a medicina, não tem qualquer base científica, já que não se apoia em qualquer diagnóstico médico de disforia de género, e dispensa o tratamento médico necessário para estes casos”; e “A história ensina-nos que sempre que a medicina se subjugou à ideologia, os resultados foram desastrosos para a humanidade, pelo que a AMCP apela ao Sr. Presidente da República para que veto esta lei”.

A AMCP também assinala que é estranho que seja permitida a mudança de sexo “numa idade em que se considera que os cidadãos não têm ainda maturidade para votar, conduzir um automóvel ou ingerir bebidas alcoólicas”; “Nesta idade o córtex pré-frontal (envolvido nas respostas emocionais e na tomada de decisões) ainda não atingiu o desenvolvimento completo, pelo que não existem condições neurobiológicas de maturidade para uma tomada de decisão desta natureza”, asseguram os médicos católicos. (in “*Amigo do Povo*”